

Denise Pereira  
Maristela Carneiro  
(Organizadoras)

# Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas 3



Denise Pereira  
Maristela Carneiro  
(Organizadoras)

# Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas 3



2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### Conselho Editorial

#### Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
162	<p>Investigação científica nas ciências sociais aplicadas 3 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-897-7 DOI 10.22533/at.ed.977192312</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Os pensadores que realizaram as primeiras investidas efetivas no campo dos estudos sociológicos em fins do século retrasado, nomes como Marx e Durkheim, ocuparam-se de pintar com uma paleta científica paisagens até então dominadas pelas cores planas e pouco variadas do senso comum, do pensamento religioso e de uma ampla cadeia de preconceitos. Para estes pensadores, o desafio era desenvolver regras gerais e algo semelhante a uma física para uma matéria prima aparentemente tão amorfa e envolta em tabus quanto o complexo emaranhado de relações estabelecidas no seio das aglomerações humanas.

A afirmação de que, em relação a outros campos de conhecimento, as Ciências Sociais são jovens, já se converteu em uma máxima confortável, demasiado utilizada. Por um lado, é certo que o interesse por observar os fenômenos sociais à luz do método científico se articulou concretamente entre os séculos XIX e XX, mas estes fenômenos já haviam sido estudados, ainda que em menor escala, mediados por outros filtros.

Talvez em razão disso, as Ciências Sociais se debatam, na economia simbólica do cotidiano, com lutas ainda mais ferozes que outros saberes mais estabelecidos. Há quem questione a forma do planeta, o nível de participação humana no aquecimento global ou a efetividade das vacinas, especialmente nos dias em que vivemos, quando a negação da validade do conhecimento de ordem científica cresce a olhos vistos. Entretanto, a rejeição em relação aos conhecimentos que a Física, a Geografia e a Biologia têm a oferecer ainda é pequena em comparação àqueles que emanam das Ciências Sociais e de sua área irmã, as Humanidades.

São realmente muitos os tabus envoltos na vida em sociedade, dado o volume de tópicos fundamentais à vida em sociedade que são considerados por vezes imperscrutáveis. A religião. O gênero. As dinâmicas de classes. As relações econômicas como um todo. O significado de determinados papéis sociais enquanto lugares de prestígio ou de repulsa. Tudo isso concerne às Ciências Sociais. Tudo isso é problemático, subjetivo e indiscutível para quem vê a realidade através das lentes de preconceitos que sequer compreende como surgiram e funcionam. Cabe, deste modo, aos estudos aqui apresentados, a tarefa de cometer esse delito social, discutindo o indiscutível.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Maristela Carneiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A DIGITALIZAÇÃO DO TRABALHO PERICIAL CONTÁBIL COMO FATOR DE ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE	
André Silva Neto Almeciano José Maia Júnior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9771923121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
BREVE ANÁLISE DA REPERCUSSÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PERFIL SOCIOECONOMICO DE UM MUNICÍPIO DO COREDE FRONTEIRA NOROESTE DO RS	
Sandra Cristina Franchikoski Susana Cesco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9771923122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
EFICIÊNCIA DE MERCADO: ANÁLISE DO MERCADO FUTURO DO ETANOL HIDRATADO NO ESTADO DA PARAÍBA UTILIZANDO CO-INTEGRAÇÃO	
Jucimar Casimiro de Andrade Fernando Salvino da Silva Marcela Rebecca Pereira Robson José Silva Santana Larissa Petrusk Santos Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9771923123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
A FILOSOFIA DE HEIDEGGER E O DIREITO: FUNDAMENTOS E ORIGENS DO DIREITO	
Gabriela Leão de Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9771923124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>51</b>
A NECESSIDADE DE UMA LEGISLAÇÃO ESPECIAL QUE TIPIFIQUE A CONDUTA HOMOFÓBICA	
Emmanuel Vasconcelos Romão Elissama Silva Braga Welligton Aguiar Ponte Filho Betânia Moreira de Moraes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9771923125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>56</b>
CONSIDERAÇÕES DA APLICABILIDADE DA LEI DO FEMINICÍDIO EM FAVOR DAS MULHERES TRANSGÊNERO	
Carolina Fernandes Paris Isabella Vitória Kohiyama de Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9771923126</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>83</b>
O DIREITO AO ESQUECIMENTO E SUA APLICABILIDADE NA QUESTÃO TRANSEXUAL	
Nathalia Maria Silva da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9771923127</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>96</b>
ALIENAÇÃO SOCIAL: O PAPEL DO DIREITO ANTE O ESPECTRO BIOPOLÍTICO PÓS-MODERNO	
Murilo Henrique de Brida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9771923128</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>108</b>
DA NECESSIDADE E DIFICULDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	
Luíza Sampaio Jacob Marina Holler Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9771923129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>121</b>
DEPENDÊNCIA E CODEPENDÊNCIA: UM ESTUDO ACERCA DAS RELAÇÕES FAMILIARES EM USUÁRIOS DE CRACK	
Adriana Silva da Fonseca Bryan Silva Andrade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>144</b>
DIREITOS HUMANOS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	
Ellen Soares Fraga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>157</b>
A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO TOCANTINS E A INCONSTITUCIONALIDADE REGULAMENTADA NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 2014 DO INSTITUTO DE TERRAS DO TOCANTINS- ITERTINS	
Bruno Barreto Cesarino Eduarda Maria Ibiapina da Rocha Coelho César Floriano de Camargo Bruno Vinícius Nascimento Oliveira Leila Rufino Barcelos Danilo Bezerra de Castro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>167</b>
HAITIANOS EM SÃO PAULO: PROTEÇÃO PENAL ANTE O RACISMO E A XENOFOBIA	
Roberta Elias Mendonça Mendes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231213</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>179</b>
FLUXO MIGRATÓRIO VENEZUELANO: IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS PARA O ESTADO DE RORAIMA	
Ingrid Cardoso Caldas Willian Tihago Quirino Sales	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231214</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>193</b>
PERSPECTIVA TEÓRICA INSTITUCIONALISTA - MODELO DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
Franciele da Silva Freitas Rita Vanderléia Martel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>207</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: A REALIDADE DO ESTADO DE RORAIMA	
Marcella Lima Marinho Luciana Lopes Silva Martins Nara Lisiane Abreu de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>218</b>
PROVA INDICIÁRIA NO PROCESSO CRIMINAL CONFORME A HERMENÊUTICA DE HEIDEGGER E GADAMER	
Eid Badr Mário Vinícius Rosário Wu	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>233</b>
REGIÃO METROPOLITANA DE CHAPECÓ: DINÂMICAS REGIONAIS E SUAS TERRITORIALIDADES	
Ana Laura Vianna Villela Rosa Salete Alba Claudio Machado Maia Laiz Arruda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>246</b>
SISTEMA DE RECOMPENSAS PARA O TRABALHADOR DO SÉCULO XXI	
Ernandes Farias da Costa Francisco Damião Damasceno Neto Luise Maria dos Santos Dias John Lennon Oliveira Araújo Rubens Caminha Juaçaba Filho Silvio Roberto Dias da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231219</b>	

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>251</b>
SEGURANÇA HÍDRICA E OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM BOA VISTA/RORAIMA	
Mónica Montana Martínez Ribas	
André Andriw Santos da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>264</b>
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA/CE: SÚMULA ACERCA DOS SENTIDOS E EXPERIÊNCIAS DAS USUÁRIAS DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BOM JARDIM E CANINDEZINHO	
Benedita Beatriz Elias Dias	
Jamille Rodrigues Braga	
Lívia Kelly da Silva	
Leila Maria Passos de Souza Bezerra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97719231221</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>270</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>271</b>

## SEGURANÇA HÍDRICA E OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM BOA VISTA/RORAIMA

Data de aceite: 18/11/2019

**Mónica Montana Martínez Ribas**

Universidade Federal de Roraima (UFRR),  
Relações Internacionais  
Boa Vista/Roraima

**André Andriw Santos da Silva**

Universidade Federal de Roraima (UFRR),  
Relações Internacionais  
Boa Vista/Roraima

**RESUMO:** Com a aprovação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na Assembleia Geral da ONU em 2015, a segurança hídrica ganhou status de *high politics* na agenda política internacional, visto os diversos problemas distribuídos em contextos de abundância e escassez de água ao redor do globo. Nesse sentido, adicionar o conceito à formulação de políticas públicas tornou-se fundamental para os Estados que buscam o desenvolvimento equilibrado e sustentável. Assim, este trabalho de método qualitativo-explicativo, tem como objetivo, analisar as políticas públicas do município de Boa Vista, Roraima de acordo com o conceito de segurança hídrica adotado pela ONU-água. Para tal fim, utilizou-se de artifícios metodológicos relacionados ao levantamento de referências bibliográficas e documentais, como também na realização de entrevistas com

funcionários da CAER e da Femarh. Por fim, conclui-se que, a conceituação de segurança hídrica pela ONU-água consiste em um termo estratégico, visto a sua associação com os ODS, servindo de parâmetros para a formulação de políticas públicas abrangentes, fortalecendo o papel da população no gerenciamento hídrico juntamente com a visão planejada estatal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança Hídrica; Políticas Públicas; Boa Vista.

### WATER SECURITY AND THE PUBLIC POLICY CHALLENGES IN THE MUNICIPALITY OF BOA VISTA/RORAIMA

**ABSTRACT:** The issue of water security has gained notorious attention by involving river basin management, water management (surface and underground) policies, environmental policies, territorial management, urban planning, national and regional development policies, integration, agrarian and land policies, among others. This complexity of issues imposes responsibilities on states at the global, regional and local levels, due to the amount of issues revolving around water and the considerable number of basins that link people, states and problems through common water ties. The state of Roraima, located in the extreme north of Brazil, represents the northern limit of the Amazon rainforest in Brazilian territory. It is the youngest state in

Brazil, 129 years old, and is made up of 15 municipalities. Its capital is Boa Vista, with approximately 350 thousand inhabitants. Although water security is one of the challenges of sustainable development assumed by national states, this issue has not yet come up, neither diluted nor in dialogue with public policies in the municipality of Boa Vista. The article aims to point out both the importance of the theme of water and environmental security and the governmental challenges in this matter, using the inductive deductive method, through bibliographic and field research.

**KEYWORDS:** Water Security; Public policy. Boa Vista.

## 1 | INTRODUÇÃO

As fontes hídricas, além de serem recursos naturais vitais para os ecossistemas, também o são para o desenvolvimento econômico dos Estados nacionais e das regiões. A importância multidimensional da água para a ambiência, para o desenvolvimento social e econômico dos Estados, fez com que o tema hídrico passasse a ser discutido numa perspectiva integrada, na década 70, exigindo uma visão holística, diante a crise ambiental (MONTANA MARTÍNEZ, 2012), para tratar de assuntos que dizem a respeito da sua deterioração, proteção e aproveitamento.

No mesmo período, junto com o movimento da nova administração pública, o Estado é fortemente questionado, tanto em suas funções, quanto na real eficácia de suas ações interventoras na realidade social. Aceitando-se que a compreensão do sucesso e do fracasso das políticas públicas é fundamental para o melhor desempenho dos Estados (TREVISAN, BELLEN, 2008, p. 530).

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo mapear as problemáticas municipais relacionadas com a segurança hídrica em Boa Vista/Roraima. Assim, buscou-se também analisar as políticas públicas buscando indícios da compreensão integrada do conceito segurança hídrica.

Metodologicamente foi usado o método dedutivo indutivo, sendo realizado levantamento de dados, entrevistas, pesquisa bibliográfica, análise documental em documentos internacionais, relatórios governamentais e legislações normativa. Para tal fim, se optou pela pesquisa bibliográfica e normativa.

Visto isso, na primeira seção apresenta-se uma reconstrução histórica e conceitual sobre segurança hídrica. Dessa forma, adotou-se nesta pesquisa o conceito desenvolvido pela ONU-Água cuja fundamentação se torna estratégica para elaboração de políticas públicas de forma integrada, portanto, aplicáveis ao contexto amazônico.

Na segunda seção, analisa-se os desafios das políticas públicas de Boa Vista/Roraima no que diz respeito a sua associação a segurança hídrica. No caso, as políticas de desenvolvimento adotadas pelo Estado apresentam profundas distorções,

haja vista a ausência de diálogo entre as principais instituições de governança hídrica do Estado, dos quais são descritas neste estudo.

## 2 | SEGURANÇA HÍDRICA: UM CONCEITO ESTRATÉGICO

Frente às mudanças do sistema internacional, nas palavras de Montana Martínez (2012, p. 34), “surge uma reflexão acerca das tradicionais definições de segurança, abrindo passo a um novo paradigma de segurança internacional, dado o surgimento dos problemas ambientais e hídricos, também conhecidos como hidro-ambientais” ocupando a atenção dos Estados nacionais. Nos últimos anos, o debate em torno dos problemas relacionados à água ganhou status de *high politics* na agenda política internacional dada a importância desse recurso vital para a sobrevivência humana, como também pela função determinante do desenvolvimento dos Estados.

Decerto, as motivações políticas que levaram as discussões rumo às instituições multilaterais internacionais estão associadas, em um primeiro plano, pelo processo de ampliação e aprofundamento do conceito de segurança, assim como ao caráter interdependente e complexo dos problemas envolvendo os recursos hídricos, o que justifica a magnitude dos impactos ao redor do globo.

De conformidade com Montana Martínez (2012, p. 32) as características da água, associadas às suas funções biológicas, ecológicas, ambientais e sociais, formam um cenário complexo e interdependente, consolidado pela perspectiva de recursos vitais cuja deterioração e déficit, do mesmo modo que comprometem a existência humana e a manutenção dos ecossistemas, se constituem em fatores relevantes que podem limitar o desenvolvimento social e econômico das nações, havendo incidência na segurança dos Estados.

No contexto pós-Guerra Fria, a segurança sofre um deslocamento de foco, que abrange novos assuntos e ameaças, ampliando sua visão tradicional, focada no Estado, ou seja, deixa de ser tema exclusivamente de ordem militar, posto que na agenda dos países passaram a figurar os chamados temas transversais para um foco mais abrangente e profundo, quando aborda questões relacionadas à pessoa (pobreza, desenvolvimento humano, por exemplo) e questões relacionadas à ambiência (perda de qualidade das águas, extinção de espécies, irreversibilidade do aquecimento global, frequência dos desastres ambientais, dentre outros problemas). Diante dessa realidade internacional emerge um novo paradigma de segurança humana, ambiental e hídrica (MONTANA MARTÍNEZ, 2012).

Para Montana Martínez (2012, p.36) a segurança hídrica está intrinsecamente associada à segurança ambiental. Segurança ambiental refere-se ou visa à “proteção da ambiência e do estoque de recursos naturais, de forma que possam ser garantidos alimentos, água, saúde e segurança pessoal, tanto aos indivíduos como

às comunidades”. Assim sendo, as várias ameaças à segurança comum incluiriam, além das ameaças militares, diversos outros tipos de ameaças não militares tais como as relacionadas com os problemas econômicos e a escassez de recursos (dentre eles, a água) e, estariam conseqüentemente relacionados com a segurança alimentar.

Nesse quadro, se considerando os riscos que recaem no crescimento demográfico, na destruição da ambiência, e a concorrência por recursos naturais como a água, a escassez qualitativa ou quantitativa desta, pode constituir ameaças de diversos níveis; podendo levar os Estados a terem relações hostis, ou no plano nacional, pode motivar a disputa entre usuários das águas. A situação de crise hídrica em algumas regiões é uma variável a ser considerada nesse pano de fundo já que constitui um dos riscos que potencialmente poderá incrementar as disputas por água.

Os déficits hídricos que enfrenta o planeta podem ver-se intensificados pelas alterações climáticas e em tal direção, Montana Martínez (2012, p.39), assevera:

As alterações climáticas transformarão o padrão natural do movimento dos ecossistemas, modificando o sistema de chuvas. Uma queda na produtividade agrícola (o que já está acontecendo) terá como conseqüência um agravamento da insegurança alimentar, e o aumento progressivo e acelerado dos preços dos gêneros alimentícios. A falta de água, tal como salientado pelo autor, principalmente, poderá causar desordem civil e levar a graves crises econômicas, inclusive em países desenvolvidos. Os problemas serão ainda mais intensos em zonas sujeitas a forte pressão demográfica. Dessa forma, as mudanças climáticas alimentarão conflitos (existentes e novos) em torno de recursos cada vez mais raros, especialmente se o acesso estratégico a esses recursos for politizado.

A segurança hídrica, deste modo pode ser entendida como a rede que conecta todos os grandes desafios (alimentação, energia, alterações climáticas e desenvolvimento humano e econômico, entre outros) que deve enfrentar a humanidade nas próximas décadas. A falta de segurança nesse sentido, vulnera as pessoas e os Estados nacionais, tornando-se desafiador lidar com os problemas hidroambientais e gerenciar racionalmente as fontes hídricas (ONU-Água).

De acordo com Peña (2016), entende-se a convergência de análises, diagnósticos e declarações acerca dos problemas hídricos como forma de identificar forças e debilidades a fim de melhorar sua gestão, já que se reconhece a importância do aproveitamento e manejo das águas para a manutenção da qualidade de vida de amplos setores da sociedade, além do desenvolvimento econômico.

Implica-se que, nos últimos anos, o conceito de segurança hídrica tem se tornado norteador, permitindo definir as demandas para as quais a humanidade deva orientar os esforços a fim de alcançar uma gestão hídrica adequada. Por isso, existe a necessidade de relacionar a relevância da segurança hídrica como objetivo

estratégico que permite organizar o debate em torno da água (PEÑA, 2016, p.7).

Para Grey e Sadoff (2007 apud PEÑA, 2016, p. 12), segurança hídrica é a existência de um nível aceitável de quantidade e qualidade de água para a saúde, a subsistência, os ecossistemas e a produção, junto com um nível aceitável de riscos para as pessoas, o ambiente e a economia, associados à água. Tal definição é amplamente difundida tendo em vista sua aceitação e precisão no que tange a inclusão do aspecto produtivo e qualitativo vinculado à saúde humana, bem como à noção de níveis aceitáveis para a existência de riscos dos quais afetam diretamente as relações sociais.

Porém, neste estudo, adota-se o conceito criado pela ONU-Água – Agência das Nações Unidas para o gerenciamento de temas relacionados à água – que conceitua segurança hídrica

“como a capacidade de uma população para resguardar o acesso continuado a quantidades adequadas de água, de qualidade aceitável para o sustento, bem-estar e desenvolvimento socioeconômico sustentável, bem como assegurar a proteção contra doenças vinculadas a água e desastres relacionadas a ela, e para preservar os ecossistemas, em um clima de paz e estabilidade política” (ONU-Água, 2013, tradução livre).

A conceituação anteriormente colocada apresenta algumas particularidades que merecem apreciações. No caso, a diferença em relação a conceituação tradicional está expressa em “população” como sujeito que devesse ter capacidades necessárias para dar uma segurança hídrica adequada, e não somente o Estado como geralmente é interpretado. Isto significa que, além das responsabilidades irreduzíveis das instituições governamentais locais, organizações não formais também apresentam deveres para com a gestão hídrica.

Nesse sentido, Peña (2016) destaca a dita definição pela visão ampla acerca do papel da água na sociedade, delineando tanto as limitações, como também oportunidades relacionadas a ela. De outra forma, se reconhece os riscos e incertezas que permeiam os temas relacionados aos recursos hídricos. Assim, a aplicação do conceito consiste em ter no contexto Amazônico:

- a) Uma disponibilidade adequada de água, em quantidade e qualidade, para o abastecimento humano, para subsistência e proteção dos ecossistemas e produção;
- b) A capacidade – institucional, financeira e de infraestrutura – para aproveitar os recursos hídricos de forma sustentável e manejar as interrelações e externalidades entre os diferentes usos e setores de maneira coerente;
- c) Um nível aceitável de riscos para a população, a ambiência e a economia, associados aos recursos hídricos.

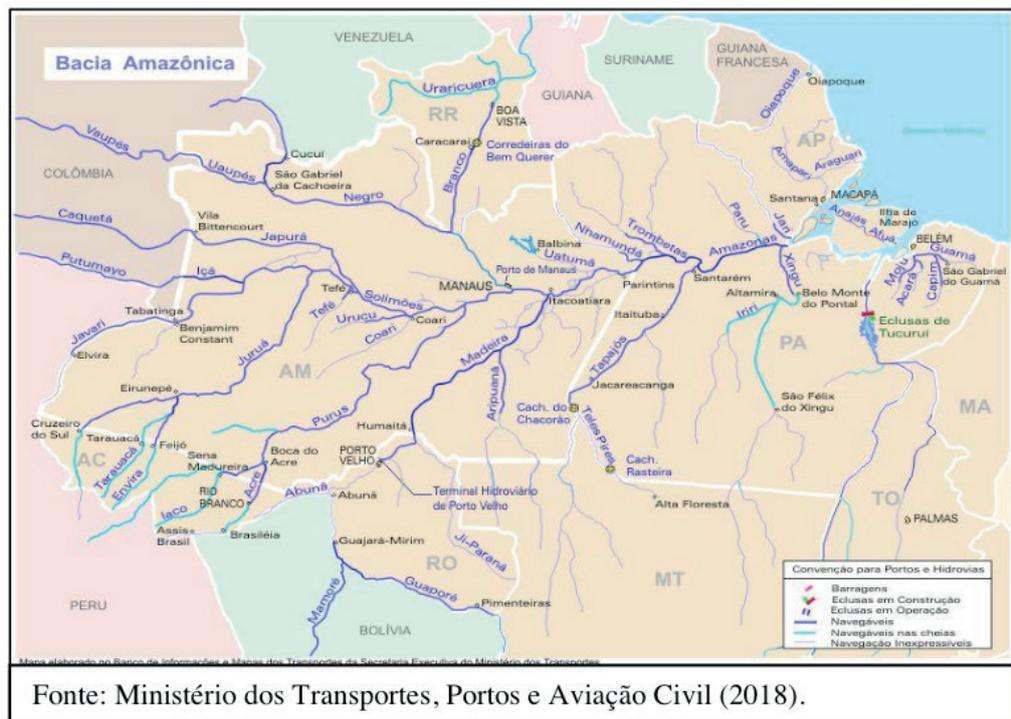


Figura 1 – Bacia Hidrográfica Amazônica

Fonte: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (2018).

A bacia hidrográfica amazônica apresenta 7 milhões de km<sup>2</sup> desde suas nascentes, nos Andes peruanos, até sua foz, no Atlântico. No mais, ela representa quase 20% do estoque global de água doce superficial disponível, com 25.000 km de rios navegáveis e um potencial hidráulico excepcional, justificando sua relevância estratégica para o desenvolvimento nacional (BECKER, 2004; ANA, 2007 apud QUEIROZ, 2012, p. 289).

Paralelamente, o Estado de Roraima não só faz parte da Amazônia, como também apresenta importância geoestratégica, tendo em vista que o Rio Branco é tributário da Bacia Transnacional Amazônica, ou seja, ao assumir-se a interdependência hidrológica do sistema amazônico, quaisquer alterações nos ditos componentes ameaçam a estabilidade estatal e, propriamente, a sobrevivência humana (MONTANA MARTÍNEZ, 2012).

Isso significa que, visto o peso amazônico em relação ao desenvolvimento econômico e social, aplicar o conceito de segurança hídrica torna-se fundamental, em função da visão integral que esse fornece em relação aos interesses da sociedade, bem como identificar áreas críticas que necessitam de uma gestão eficiente da água em diálogo harmonioso com as políticas públicas lançadas para os diversos setores da população (PEÑA, 2016).

Assim, os principais desafios da segurança hídrica que se relacionam com a Amazônia estão circunscritos em quatro dimensões

Dimensão	Riscos
1	Acesso da população à níveis adequados de água potável e saneamento básico.
2	A disponibilidade de água para garantir um desenvolvimento sustentável e reduzir os conflitos associados.
3	A conservação dos corpos d'água em um estado compatível com a saúde pública e a ambiência.
4	Reduzir os riscos relacionados com o excesso da água, especialmente nas zonas urbanas afetadas por desastres ambientais.

Tabela 1 – Os principais riscos relacionados à Segurança Hídrica

Fonte: Elaboração própria, com base em PEÑA (2016)

Cada dimensão apresenta-se como prioridade e, portanto, devem ser associadas às políticas públicas. Nesse caso, a fim de superar tais riscos, cabe as pessoas por meio das instituições incrementar e aperfeiçoar infraestruturas capazes de sanar a demanda da população, embora ressalta-se a variabilidade existente entre países, estados e cidades no que tange as problemáticas relacionadas com a água.

Do mesmo modo, para avançar em níveis de segurança hídrica aceitáveis é necessário que as políticas públicas e o sistema institucional considerem o elevado grau de incertezas existentes, tanto pela variabilidade hidrológica e alterações climáticas, como as profundidades das relações sociais, econômicas e políticas. Decerto, supõem-se que a governança formule políticas públicas, planos e programas flexíveis e robustos a fim de considerar os cenários multifacetados da segurança hídrica (PEÑA, 2016).

Conclusivamente, o papel do Estado e a efetividade das políticas públicas deve traduzir um diálogo harmonioso também com o gerenciamento do território, a fim de limitar os prováveis custos ambientais e os riscos para a segurança da população e garantir os objetivos do Estado. Assim, a segurança hídrica é um conceito estratégico, no gerenciamento do país, com maior destaque para os espaços amazônicos, lugares onde se percebe a estreita interdependência hidrológica existente entre a população, a floresta, o solo e os sistemas hídrico e climático. Por ser Roraima o estado com menor população do Brasil e ainda em crescimento, é de fundamental importância que o olhar sobre sua administração seja dentro de um marco holística e sistêmico, projetando segurança hidroambiental e humana. A seguir, são tratados

alguns dos problemas detectados em pesquisa de iniciação científica.

### 3 | SEGURANÇA HÍDRICA E OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM BOA VISTA/RORAIMA

O estado de Roraima, localizado no extremo norte do Brasil, representa o limite setentrional da floresta Amazônica, em território brasileiro e integra a bacia Amazônica. Trata-se do estado mais jovem do Brasil, com 129 anos em 2019, o qual administrativamente está composto por 15 municípios, sendo Boa Vista sua capital.

Sabe-se que a ocupação do estado aconteceu com base em políticas de integração nacional e de ocupação do território (BARBOSA, 1993; ARANTES et al., 2011; FALÇÃO ET AL., 2015) numa época em que pouco se pensava nos impactos antropogênicos que viram acontecer pelo aumento populacional, o desflorestamento, o aumento da agricultura, a abertura de estradas e o crescimento das cidades de forma não planejada.

A migração nacional foi estimulada, conforme Falcão et al., (2015), através de medidas políticas e econômicas cujo lema era ocupar o vasto espaço amazônico e, se possível, conseguir seu crescimento econômico regional. Nesse âmbito, o município de Boa Vista, viu crescer sua população, promovida pelas políticas de ocupação da Amazônia. Com o crescimento populacional, adveio o desflorestamento, a prática do garimpo e de atividades mineradoras e o estímulo a atividades agroexportadoras.

Diversas políticas de gestão territorial resultam ser inadequadas e, apesar de que o Brasil dispõe ampla legislação ambiental, preocupa o fato de que na atualidade no espaço urbano há a maior concentração populacional capaz de proporcionar um indesejável desequilíbrio entre a oferta de água com qualidade e quantidade suficientes para atender a correspondente demanda.

A partir dos anos de 1960, de conformidade com Barbosa (1993, p. 179), a estratégia do poder público federal de tentar uma “reforma agrária sem se envolver com os latifúndios improdutivos do país, provocaram o deslocamento de massas de camponeses em direção à Amazônia. Em Roraima, o mesmo autor salienta que o processo de expansão alcançou maior impulso nas duas décadas seguintes quando as forças políticas locais tomaram para si o aquecimento da corrente migratória. No marco dessas políticas de ocupação, de reforma agrária diversas atividades predatórias aconteceram com a execução de atividades que implicaram no aumento crescente do desflorestamento e de atividades vinculadas à mineração e o garimpo.

De igual modo, Falcão et al., (2015) indica que a ocupação da cidade avançou motivada em políticas públicas que facilitavam o acesso à terra, bem como a criação de conjuntos habitacionais. Um dos problemas identificados num contexto como esse é a formação de áreas desprovidas de infraestruturas físicas adequadas, para

atender o crescimento populacional. Por exemplo, políticas de saneamento básico, abrangente a todos os bairros do município.

Em consequência do aumento populacional, espera-se um incremento nos resíduos e pressões nas demandas pelo uso das águas. Por outro lado, paisagens com exposição de lixo a céu aberto são constantes na cidade. A prática da população utilizar os rios para lançar todo tipo de dejetos, como pode ser verificado nas seguintes imagens, é comum.

Na atualidade, Boa Vista está distribuída ao longo de 56 bairros, dos quais apenas 24 recebem serviços de saneamento básico, conforme a Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento SEPLAN (s/d). A estimativa populacional atual é de 375.374, segundo dados do IBGE de 2018. Essa cifra vem em aumento causando inquietações a respeito dos possíveis impactos em matéria de segurança hídrica.

Nessa dimensão, preocupa que o crescimento da cidade está sendo feito de forma desordenada, contribuindo para o incremento de construções ilegais em Áreas de Preservação Permanentes - APP infringindo-se as leis ambientais e estatais (FALCÃO, 2015). A mesma autora destaca que devido a esse aumento populacional vem acontecendo um deslocamento das pessoas do centro da cidade para as periferias. Cabe destacar que a maior parte dos bairros periféricos não possuem infraestruturas adequadas no diz a respeito do saneamento básico. Podemos verificarmos conforme a figura 3 que a Cidade de Boa Vista foi sendo deslocada para os bairros periféricos.

Assim, entende-se que o aumento populacional sem condições aceitáveis de infraestruturas implica no potencial aumento também da deterioração das águas superficiais e subterrâneas. Por outro lado, a malha urbana foi se expandindo ao redor de igarapés e outras fontes hídricas. Ressalta-se que, os bairros com saneamento básico na Cidade, é realizado em apenas 24 bairros, em um total de 56 bairros.

A criação de bairros foi deslocando espacialmente o cemitério. Alguns impactos hidroambientais relacionados com as águas subterrâneas provem de cemitérios. Isto porque, a maior parte dos cemitérios são antigos e foram construídos sem as medidas necessárias para evitar a contaminação dos lençóis freáticos e do solo. Na maior parte dos antigos cemitérios não eram levados em conta estudos geológicos e hidrogeológicos de modo a evitar contaminações com o necrochorume. Esse é o caso dos dois cemitérios de Boa Vista.

É destacado por Carneiro (2009, p. 3) que a constituição do necrochorume é importante de ser conhecida para prever seu comportamento no solo e na água subterrânea, uma vez que, não apenas contamina o ambiente com microorganismos patogênicos que podem alcançar o ser humano, mas também insere compostos atípicos ao meio em que percolou.

Macedo (2004) e Rodrigues (2003) salientam como principal causa de poluição

derivada de cemitérios, durante a decomposição dos cadáveres, o fato de ser liberado o necrochorume, líquido cinzento. Conforme a Organização Mundial da Saúde (1998), essa solução aquosa é rica em sais minerais e substâncias orgânicas degradáveis e pode ter graus variados de patogenicidade. Devido a esse risco, no Brasil, a resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente CONAMA 386 de 2006, normatiza a obrigatoriedade de que exista distância prudente entre o lençã freático e as covas, tendo essa de ser maior em solos arenosos devido à facilidade de percolação do necrochorume. Em outras palavras, uma carga grande de materiais orgânicos e outros compostos presentes no corpo humano alcança o meio (solo e água) podendo sofrer danos irreparáveis, de conformidade com a Organização Mundial da Saúde (1998).

Os cemitérios nessas condições potencialmente representam altos risco de contaminação às águas, durante o processo de decomposição dos corpos, já que a localização dos cemitérios, devem ocorrer preferencialmente em áreas afastadas do centro urbano, porém é possível encontrar cemitérios totalmente integrado a malha urbana (HIRATA et al 2002 e NEIRA et al 2008), sendo esse o caso da cidade de Boa Vista, que, adicionalmente, recebe os corpos do município de Pacaraima, única unidade que não possui cemitério, devido às condições geológicas do solo que propicia a mumificação dos corpos em contraponto à decomposição (RAPOSO, s/d).

Do anteriormente exposto, merece ser salientado que existem implicações na saúde da população. Uma vez que, quando o necrochorume alcança o lençol freático ele contamina a água que pode estar sendo usada como fonte de água potável. Em tal âmbito as políticas públicas de gestão territorial e urbana devem dialogar com as dinâmicas sociais e econômicas que empurra a população mais carente às periferias, e nesse caso, também dialogar com as políticas ambientais e hídricas.

Considerar esse aspecto em matéria hídrica é relevante dado que, tal como apontado por Montana Martínez (2012, p.168) na Agenda 21, capítulo 18, consta o compromisso dos Estados de suprir de água de boa qualidade a toda a população. Agenda também se refere, à necessidade de adaptar as atividades humanas aos limites da capacidade da natureza, assim como combater os transmissores de enfermidades advindas da má qualidade da água.

No caso específico dos riscos à saúde causada pelo necrochorume, mister é destacar que se as beberem a água contaminada podem ser contagiadas como a febre tifoide, hepatite A tétano, tuberculose e outras doenças. Diante desta problemática, torna-se necessário um estudo que avalie o impacto gerado por estas fontes poluidoras e planos coerentes em matéria hídrica, no município, a fim de determinar os riscos potenciais dessa realidade.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de segurança hídrica é abrangente, inclui questões ambientais, sociais, econômicas e político-institucionais. A partir da declaração sobre o acesso à água potável como um direito humano, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, ocorrido em 28 de julho de 2010, ocorreram-se bastantes discussões da falta de acesso à qualidade da água. Os ODS reconhecem a importância da Segurança Hídrica, entendendo que corresponde a novos desafios a serem implementados na Rio+20, os quais estão intrinsecamente relacionados com os objetivos do Programa Hidrológico Internacional (PHI), visando melhorar as políticas hídricas em resposta aos desafios locais, regionais e mundiais.

Apesar de terem sido organizadas entrevistas com funcionários, os dados não são disponíveis. Foi constatado que existem tanto na CAER quanto na FEMARH programas que pretendem informar sobre a qualidade das águas, mas elas não são de fáceis acessos e no caso das FEMARH a maior parte dessas informações é incorporada a índices de qualidade regional da Amazônia.

Apesar de que vem sendo difundido que a segurança hídrica compõe um leque de importantes assuntos, é notório que seu conceito é associado a características de confiabilidade físicoquímica, por vezes desconhecendo que maiores dados sobre o monitoramento das águas e das florestas são necessários, já que constituem informações relevantes relacionadas com o ciclo hidrológico e a variabilidade climática.

## REFERÊNCIAS

BUZAN, B.; HANSEN, L. **The Evolution of International Security Studies**. Editora Cambridge University Press, Cambridge, 2009.

BARBOSA, R.I. **A Ocupação Humana em Roraima. II. Uma Revisão do Equívoco da Recente Política de desenvolvimento e o Crescimento Desordenado**, 1993. Disponível em: <[http://agroeco.inpa.gov.br/reinaldo/RIBarbosa\\_ProdCient\\_Usu\\_Visitantes/1993Ocup%20Humana\\_II\\_BMPEG.pdf](http://agroeco.inpa.gov.br/reinaldo/RIBarbosa_ProdCient_Usu_Visitantes/1993Ocup%20Humana_II_BMPEG.pdf)> Acessado em: 15/06/2019

BRASIL. **RESOLUÇÃO CONAMA no 386, de 27 de dezembro de 2006 Publicada no DOU nº 249, de 29 de dezembro de 2006, Seção 1, página 665**. Brasília, 27 jan. 2006. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=524>> Acesso em: 3 set. 2019.

CARNEIRO, V.S. **Impactos Causados Por Necrochorume De Cemitérios: Meio Ambiente E Saúde Pública**, 2009. Disponível em <<https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/viewFile/21956/14325>> Acessado em: 12/06/2019

CAER. **Saneamento**. Disponível em: <<http://www.caer.com.br/saneamento.jsp>> Acesso em: 20/11/18.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual 2016**. Disponível em: <[http://www.caer.com.br/arquivos/ncq/CARTILHA\\_NCQ.pdf](http://www.caer.com.br/arquivos/ncq/CARTILHA_NCQ.pdf)> Acesso em: 20/11/18.

DOUGLAS, F. **Entrevista concedida pelo Técnico do Setor de Recursos Hídricos da Femarh. (9 de novembro de 2018)**. Boa Vista: mídia digital, 2018.

FIER. **Perfil da Indústria de Roraima**. Disponível em: < <http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/rr>> Acesso em: 20/11/2018

FEMARH. **Serviços Públicos**. Disponível em: < <http://www.femarh.rr.gov.br/index.php>> Acesso em: 20/11/2018.

FALCÃO, M.T; BURG, I. P; COSTA, J. A. V. **Expansão Urbana em Boa Vista/RR e os Reflexos sobre os Recursos Hídricos**, 2019. Disponível em: < [www.ojs.ufpi.br/index.php/equador/article/download/3208/2068](http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador/article/download/3208/2068)> Acessado em: 12/06/2019

FARIAS, M. V. A.; VERAS, A. S. S.; PAIXÃO, S. U. A. **Degradação Do Corpo Hídrico no Urbano em Boa Vista – RR**, 2010. Disponível em: < <https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/1174/954>> Acessado em: 12/06/2019

HIRATA, R & SUHOGUSOFF, A.V. **A proteção dos recursos hídricos subterrâneos no Estado de São Paulo**. In: Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, Cuiabá, 2004.

IBGE. **Panorama de Roraima**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>> Acesso em: 21/11/2018

MONTANA MARTÍNEZ, M. **Bacia Amazônica e Hidropolítica: Interdependência Hidrológica, Incipiente Regime Regional e Baixo Conflito**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília/UFRR/FLACSO, Brasília, 2012.

MACEDO, JAB. **Águas & Águas**. 2. ed. Belo Horizonte: CRQ-MG, 2004.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL. **Banco de Informações de Transportes**. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br/component/content/article.html?id=5110>> Acesso em: 23/11/2018

MARIANA, L. **Entrevista concedida pela Técnica do Setor de Recursos Hídricos da Femarh. (9 de novembro de 2018)**. Boa Vista: mídia digital, 2018.

NEIRA, D. F.; TERRA, V. R.; PRATTE-SANTOS, R. **Impactos dos Necrochorume nas Águas Subterrâneas do Cemitério de Santa Inês, Espírito Santo, Brasil**, 2008. Disponível em: <[http://www.naturezaonline.com.br/natureza/conteudo/pdf/07\\_neiradfetal\\_3641.pdf](http://www.naturezaonline.com.br/natureza/conteudo/pdf/07_neiradfetal_3641.pdf)> Acessado em: 15/06/2019

ONU-Água. **Water security & the Global Water Agenda: A UN-Water Analytical Brief**. Disponível em: < <http://www.fao.org/3/a-i2930e.pdf>> Acesso em: 19/10/18

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **The impact of cemeteries on environment and public health**, 1998. Disponível em: <[www.who.dk](http://www.who.dk)> Acesso em: 3 de set. 2019.

PEÑA, H. **Desafios de la Seguridad Hídrica en America Latina y el Caribe**: in Serie Recursos Naturales e Infraestructura, n 178, CEPAL, Santiago, 2016.

QUEIROZ, F. **Hidropolítica e Segurança**: as Bacias Platina e Amazônica em perspectiva comparada. Editora FUNAG, Brasília, 2012.

ROGEANO, C. **Entrevista concedida pelo Técnico do Setor de Recursos Hídricos da Femarh. (9 de novembro de 2018)**. Boa Vista: mídia digital, 2018.

RAPOSO. **Pacaraima Como Cidade – 1996 a 2014**, s/d. Disponível em: < <http://www.btd.ufrb.br/>>

RODRIGUES, J.A, et al. **Avaliação preliminar do comportamento do aquífero freático no cemitério São Miguel do Município de Palmas**. In: XXII Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Santa Catarina, 2003.

SEPLAN. Planejamento e Desenvolvimento, s/d. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>> Acessado em: 15/05/2019.

TREVISAN, A.; BELLEN, H. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção**. Revista de Administração Pública, v3, 529-550, Rio de Janeiro, 2008.

WILLIAMS, P. **Security Studies**: an Introduction. Editora British Library Cataloguing Publication Data, Nova York, 2008.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**Denise Pereira** - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

**Maristela Carneiro** - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Açúcar cristal 22, 24, 29

Atualidade 37, 60, 106, 127, 144, 246, 258, 259

Ausência 12, 41, 76, 79, 80, 90, 93, 108, 117, 128, 134, 140, 201, 221, 253, 268

### B

Benefícios 2, 6, 93, 153, 200, 203, 246, 247, 248, 249, 250, 264, 266, 267, 268, 269

Boa vista 17, 179, 185, 186, 191, 207, 213, 217, 251, 252, 258, 259, 260, 262

### C

Capitalismo 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 207, 208

Chapecó 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Codependência 121, 122, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143

Coisificação humana 96

Corede 11, 12, 13, 16, 17, 19

Crack 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 138, 139, 140, 141, 142, 143

### D

Dasein 37, 38, 40, 43, 44, 45, 48, 49

Dependência 40, 98, 121, 122, 124, 125, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 163, 183, 200, 237, 241

Desenvolvimento regional 12, 217, 233, 234, 236, 237, 238, 242, 244, 245

Digitalização 1, 2, 6, 7, 8, 9

Direito 6, 7, 8, 9, 10, 12, 37, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 62, 63, 66, 67, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 120, 144, 149, 152, 154, 155, 156, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 172, 178, 193, 210, 211, 212, 214, 216, 218, 219, 220, 224, 230, 231, 261, 266, 267, 269

Direito penal 51, 57, 81, 96, 102, 103, 106, 110, 112, 114, 115, 120, 231

Direitos humanos 54, 64, 67, 69, 75, 95, 97, 116, 118, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 170

Discriminação 51, 52, 53, 55, 57, 63, 69, 74, 80, 81, 82, 91, 92, 118, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178

### E

Eficiência de mercado 21, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34

### F

Família 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 70, 73, 77, 88, 121, 122, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 159, 195, 215, 248, 250, 266, 267, 268, 269

## G

Gadamer 218, 219, 224, 225, 227, 228, 230, 231

Gênero 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 94, 95, 101, 126, 151, 169, 187

## H

Haitinos 167

Heidegger 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 96, 218, 219, 224, 225, 228, 230, 231

Hermenêutica 42, 46, 81, 218, 219, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232

Homofobia 51, 52, 53, 54, 55, 80

Humanismo 144

Humanização 112, 207, 209, 212, 213, 214, 215, 216

## I

Impactos econômicos 179, 185

Impactos sociais 179

Individualização da pena 108, 110, 112, 113, 117, 118, 119, 120

Institucionalismo 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

Instituições 6, 62, 79, 101, 146, 154, 179, 186, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 237, 244, 253, 255, 257

## L

Legitimação jurídica 96

Lei 7.716/89 167, 169, 170, 172, 173, 174, 177

## M

Mercado futuro 21, 22, 24, 25, 28, 34, 35

Migração 168, 176, 179, 180, 181, 191, 240, 258

Mitsein 37, 45, 49

Motivação 67, 140, 220, 221, 229, 230, 231, 246, 247, 250

## N

Neo-institucionalismo 193, 194, 195, 199, 200, 202, 203

## P

Perícia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10

Personalidade 57, 73, 74, 78, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 111, 135, 136, 159

Pobreza 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 180, 181, 209, 216, 253, 267, 268, 269

Poder econômico 144, 151, 155

Políticas públicas 12, 20, 51, 53, 57, 122, 127, 140, 141, 193, 194, 195, 196, 199, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 217, 244, 251, 252, 256, 257, 258, 260, 263, 264

Políticas públicas de saúde 207, 209, 212, 217

Prisão feminina

Processo penal 115, 118, 172, 218, 220, 222, 224, 226

Programa bolsa família 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 266, 267

Proteção 2, 20, 28, 52, 55, 72, 74, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 98, 115, 123, 128, 134, 138, 139, 144, 146, 152, 167, 176, 177, 178, 179, 188, 209, 210, 211, 216, 218, 219, 231, 252, 253, 255, 262, 264, 265, 269

Prova indiciária 218, 219, 221, 222, 223, 224, 229, 230, 231, 232

## R

Racismo 52, 53, 54, 55, 167, 169, 170, 172, 176, 177, 178

Recompensas 246, 247

Região metropolitana 233, 235, 237, 238, 239, 242, 244

## S

Segurança hídrica 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 261

Sistema penitenciário 108, 118, 196

Sociedade incivilizada 96

Sus 61, 62, 63, 75, 76, 77, 78, 91, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217

Sustentabilidade 1

## T

Territorialidade 233, 235, 236, 237, 243

Tráfico de drogas 221

Transexualidade 56, 57, 58, 61, 75, 76, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 92

## V

Venezuela 66, 179, 180, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 191, 192

Violência 51, 52, 53, 54, 55, 57, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 77, 81, 104, 126, 127, 133, 136, 139, 142, 268

## X

Xenofobia 167, 169, 174, 176, 177, 178, 182

